

O que o atual governo prepara para o futuro

JORNAL DA TARDE

A área técnica do governo chegou à conclusão de que, nas circunstâncias políticas atuais, nada mais pode ser feito para conter efetivamente os gastos públicos. Por isso, ela se dedica agora à tarefa de projetar o tamanho do déficit que estará à espera do futuro presidente da República.

A programação da Secretaria do Tesouro Nacional, por exemplo, prevê que o déficit de caixa atingirá NCz\$ 82,7 bilhões no final do ano. O déficit do setor público, por sua vez, após os novos cálculos feitos pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, está previsto em 3,9% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano. A programação para 1990 estima que, embora menor, o déficit persistirá: 2,4% do PIB.

Ao longo deste ano, a equipe econômica procurou mostrar à sociedade que fazia o possível para manter o desempenho do Tesouro sob estrito controle, não gastando mais do que se conseguia arrecadar. Se descontado o peso da dívida pública interna, realmente o Tesouro apresenta, nos nove primeiros meses do ano, um comportamento positivo: superávit de NCz\$ 1,7 bilhão. Quando se acrescentam os encargos da dívida interna federal, no entanto, esse resultado passa para um déficit de NCz\$ 23,6 bilhões.

Da mesma forma que pesou brutalmente nas contas do Tesouro até agora, o custo da dívida interna responderá pela maior parcela (77,6%) do total do déficit de caixa estimado para este ano. Calcula-se que, em 31 de dezembro, a dívida em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) em poder do público totalize perto de NCz\$ 500 bilhões; se considerados também os papéis em poder do Banco Central, o total deverá superar NCz\$ 1,1 trilhão.

Para reforçar sua tese de que o governo chegou ao limite no corte dos gastos — promoveu “um ajuste inédito” no ano passado e neste, como afirmou o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu —, a equipe técnica lembra que, no conceito chamado “primário”, que exclui as correções monetária e cambial e também os encargos da dívida, o setor público deve fechar o ano com um superávit de 3,4% do PIB. Nessa conta está incluída toda a área pública (o orçamento geral da União, o desempenho dos Estados e municípios e o comportamento das empresas estatais). A inclusão dos encargos da dívida, no entanto, leva ao déficit público de 3,9% do PIB.

A dívida pública, porém, não é uma abstração nem o fruto de uma conspiração de “especuladores”. Ela nasceu do mau comportamento do governo que, no passado, gastou além do que podia arrecadar e, por isso, foi obrigado a tomar recursos no mercado financeiro em volumes cada vez maiores. O endividamento chegou a tal ponto que, diante da desorganização das finanças públicas, o governo é obrigado a tomar mais empréstimos e a incorrer em novos custos financeiros, que exigirão novos empréstimos. Assim, ainda que “inédito” e louvável o ajuste heroicamente promovido contra tudo e contra todos pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, até agora tem sido absolutamente insuficiente para romper esse círculo no qual afundam as contas públicas.

Na área de pessoal, onde se concentra a maior parcela das despesas de custeio do governo, por exemplo, nada se fez em matéria de redução de custos; pelo contrário. O “bom resultado” apresentado por esse item ao longo deste ano deve-se a um artifício: o de mudar a data de pagamento dos salários do funcionalismo para o mês seguinte, de modo que as contas de 1989 incluem um mês a menos do que as de 1988.

O pequeno superávit observado nesse item ao longo deste ano por causa desse artifício, no entanto, tende a desaparecer rapidamente depois da decisão do governo de pagar ao funcionalismo um reajuste de 26,06% (correspondente à inflação de junho de 1987 que o Plano Bresser excluiu das recomposições salariais) e de estender aos servidores dos três Poderes o princípio da isonomia. Os gastos extras provocados por essas medidas são calculados em NCz\$ 9,4 bilhões em novembro e dezembro próximos.

A execução orçamentária dos últimos dois meses do ano, por isso, deverá ser apertada, mas essa situação poderá ser aliviada com a expansão monetária autorizada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) na semana passada. De outubro a dezembro, de acordo com a autorização do CMN, os dois principais agregados monetários (a base monetária e os meios de pagamento medidos pelo conceito de M-1) deverão crescer 166%, pelo critério de saldo do final do período (isto é, de 30 de setembro a 31 de dezembro).

Esses números compõem um quadro de pressão inflacionária crescente à medida que se aproxima a data de posse do futuro governo. Inflação, como o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, já descobriu, não se combate com boa vontade ou com conversa. O que ele conseguiu, até agora, foi evitar a explosão dos índices inflacionários, mas ele, que tentou tantas vezes sem conseguir, bem sabe que as causas do mal não foram atacadas pelo governo e, pelo contrário, saem deste período multiplicadas e fortalecidas.

Se o atual governo conseguir, como pretende, evitar a explosão hiperinflacionária até a posse do novo presidente da República, este terá por tarefa primeira desmontar, sem meias medidas, essa bomba. Precisarà adotar um programa de reorganização do setor público tão contundente e incisivo quanto o que anunciou o presidente argentino Carlos Menem, logo após a sua posse, e que convença a sociedade brasileira. Se quiser evitar o caos e se manter no cargo, é preciso que o futuro presidente quebre os tabus que impedem a redução do Estado e o progresso do país. Cabe a cada um de nós, eleitores e cidadãos responsáveis, escolher um presidente que tenha a coragem de fazer isso.